



American College of Brazilian Studies

RAZÕES MORAIS

Unidade

01

Ética Profissional

RAZÕES MORAIS

AUTOR

MSc. Rubens Eduardo Glezer

American College of Brazilian Studies
37 N Orange Ave, suite 500, Orlando - FL 32801
Phone: +1-866 782-6272

SUMÁRIO

PROPOSTA DA UNIDADE	7	7
ÉTICA OU MORAL?	7	7
O CARÁTER DISTINTIVO DAS RAZÕES MORAIS	10	10
PRECISAMOS JULGAR MORALMENTE?	13	13
NOÇÕES MORAIS DA MODERNIDADE	14	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15	15

PROPOSTA DA UNIDADE

O julgamento moral é uma constante no cotidiano humano. Julgam-se atos e decisões alheias, bem como atos e decisões próprias. E mais, o ser humano se encontra constantemente diante de dúvidas que exigem decisões morais. São exemplos: como chegamos a tais conclusões? Como tomar uma decisão moral correta? Podemos falar que uma decisão ou conclusão moral é mais correta do que outra?

Nesta unidade, o aluno entrará em contato com os questionamentos da racionalidade moral e será exposto à fragilidade da abordagem moral pelo simples senso comum, explorando os seguintes conteúdos: i) *a moral é irracional?*; ii) *o caráter distintivo das razões morais*; e iii) *precisamos julgar moralmente?*. Uma vez trabalhadas essas limitações, o estudante terá contato com noções superficiais das teorias morais criadas na modernidade para adentrar no tópico: iv) *noções morais da modernidade*, que permitirá uma introdução aos fundamentos teóricos a serem trabalhados nas próximas unidades.

ÉTICA OU MORAL?

Ainda que o termo “ética” seja conhecido, especialmente como uma ciência normativa ao exercício de uma profissão, seu uso não é corriqueiro. Normalmente, quando nos referimos à bons costumes, postura, procedimentos ou comportamento preferimos o termo “moral”, que fica ainda popularmente mais claro quando utilizado em antônimo ao classificarmos algo ou alguém como “imoral”.

Fiquemos, por hora, sem estudarmos a distinção, porque tentar resgatar o sentido etimológico de “ética”, tal como utilizado por Aristóteles, não tem utilidade para os fins desta disciplina e, além disso, teremos muito pouco a ganhar ao criar distinções rigorosas entre os conceitos de ética e moral. Em intenção didática, não iremos nos ater a distinção e faremos o estudo da ética enquanto reflexão moral.

IMPORTANTE:

Nesta disciplina, estudaremos a ética enquanto reflexão filosófica da moral.

Podemos dizer, de início, existir uma quase equivalência conceitual entre ética e moral. Todavia, os conceitos precisos de ética e de moral, ainda que quase equivalentes, por si só, não ajudam a esclarecer qual é o objeto dessa disciplina. Apesar de relevantes, deixaremos essas definições em suspenso, pois temos uma questão mais urgente: faz sentido *estudar* a moralidade?

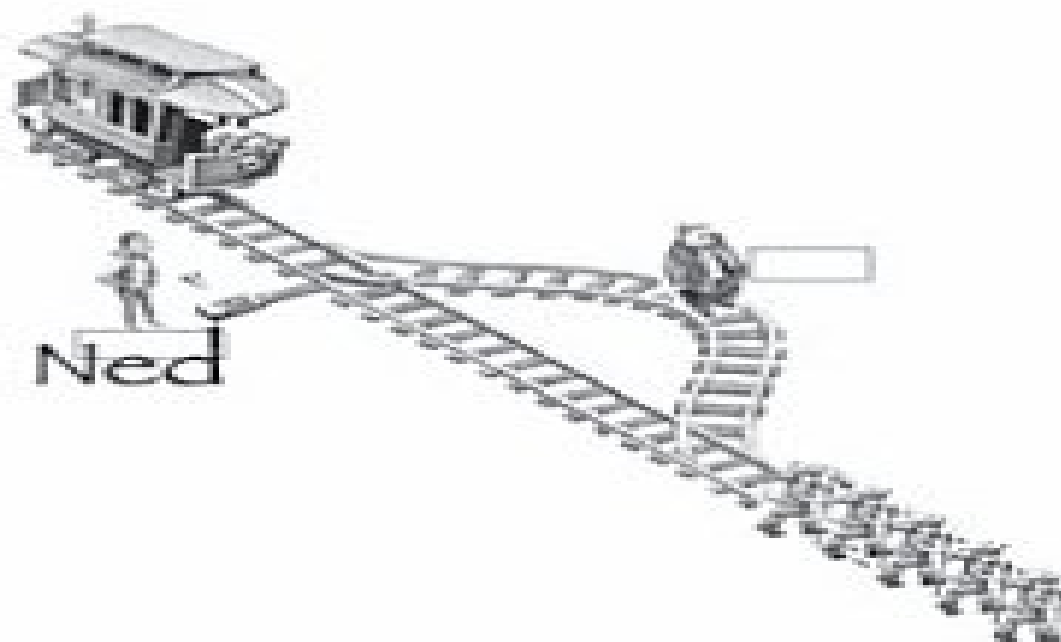




A moralidade é irracional?

Quando ouvimos falar em moral, normalmente realizamos uma associação com matérias de opinião, cultura, religião, formação, etc. Em resumo, a moral normalmente é pensada como algo contrário ou oposto à ciência, à racionalidade. Se esse é o caso, como é possível estudar ética e, mais ainda, como falar em *filosofia moral*? Um exemplo extremo irá nos ajudar a responder essa pergunta.

Se coloque no lugar de nosso colega "Ned", da figura abaixo. Suponha que um dia, voltando de seus afazeres diários, você se depara com a seguinte situação: um trem visivelmente desgovernado segue em direção a 5 (cinco) trabalhadores que andam de forma tranquila e desavisada sobre os trilhos do trem. Se nada for feito eles certamente morrerão. Quase que milagrosamente, você se encontra em frente e com acesso a uma alavanca que irá alterar o curso do trem. Diante dessa possibilidade quase perfeita de salvar as vidas dos cinco trabalhadores, você percebe que no outro trilho, para o qual o trem pode ser desviado, encontra-se uma pessoa igualmente tranquila e desavisada. A situação seria esta:



Fontedaimagem: <http://www.lifelonglearner.us/2007/07/06/the-why-of-moral-dilemmas/>

Se você alterar o curso do trem, morrerá uma pessoa, se você optar por quedar inerte e não interferir no curso do trem, morrerão os cinco trabalhadores. Não há mais opções para você, a escolha moral será feita: virar as costas e fingir que não viu nada equivale a não puxar a alavanca, ou seja, escolher pela morte dos cinco trabalhadores. Uma decisão será tomada. O que você faria?

Levemos esse experimento mórbido adiante. Digamos que você é um passageiro do trem que resolve visitar a cabine

do condutor e encontra-o completamente desmaiado. Você percebe que há cinco trabalhadores que andam de forma desavisada nos trilhos. Antes que o desespero tome conta de suas ações, você percebe que pode com facilidade alterar a rota do trem, para que ele passe a andar em outro trilho. Entretanto, no outro trilho encontra-se uma pessoa desavisada. Nesse caso, em que você tem a direção do trem, você opta por mudar de trilho (e sacrificar uma pessoa) ou manter a direção do trem (e sacrificar os cinco homens)?

Exploremos uma outra variação dessa situação. Digamos que ao voltar para casa após ter realizado suas tarefas diárias você se depara com o trem desgovernado que vai ao encontro dos cinco trabalhadores desavisados. *Entretanto, ao invés de você ter acesso a alavanca que pode desviar o trem, na sua frente esta uma pessoa extremamente obesa, mal equilibrada que, **se empurrada**, irá facilmente cair nos trilhos e, com a mesma certeza, irá bloquear a passagem do trem.* A questão se põe novamente: você irá empurrar a pessoa obesa para que o sacrifício da vida dela poupe a vida dos cinco trabalhadores? Ou ao contrário, não irá empurrar a pessoa a sua frente e deixará para que a situação se conduza à morte dos trabalhadores?

Em princípio, todas as hipóteses trazem o mesmo dilema: devemos sacrificar uma vida para salvar cinco vidas? Devemos sacrificar poucos para o benefício de muitos? Ou cada vida merece idêntico respeito e você não deve alterar o rumo de situações postas além de seu controle, mesmo que você possa interferir com facilidade?

Uma pesquisa realizada em 2007¹ constatou que aproximadamente 50% (cinquenta por cento) das pessoas submetidas a essas questões puxaram a alavanca e sacrificaram uma vida em favor de cinco, enquanto aproximadamente 90% (noventa por cento) optaram por conduzir o trem para o trilho alternativo (onde havia apenas uma pessoa) enquanto estivessem na cabine do trem. Contudo, 80% (oitenta por cento) das pessoas se negariam a empurrar a pessoa obesa para impedir a morte dos cinco trabalhadores! O que isso quer dizer?

Sua decisão mudou? Em algumas das opções, as cinco vidas foram salvas? Se sim, por que mudou? Se não, houve diferentes graus de dúvida para responder as duas situações hipotéticas? Ou ambas parecem idênticas? Enfim, quais foram os motivos que conduziram a variações?

É difícil dizer ao certo o que o resultado dessa pesquisa indica sobre a lógica moral. De certo modo, os resultados reforçam a noção de que nossos julgamentos morais são irracionais. Entretanto, talvez essa seja uma conclusão precipitada. Talvez, a única certeza que podemos ter é a seguinte: nosso

1 http://www.law.georgetown.edu/faculty/mikhail/documents/Dissociation_Mind_Language.pdf





juízo moral não é guiado exclusivamente por cálculos de resultado.

IMPORTANTE:

Do exemplo extraí-se: nosso juízo moral não irá sempre favorecer cinco vidas em favor de uma. Há outros fatores importantes, que afetam nossas decisões.

Entender quais são esses fatores, de que modo eles são relevantes e porque, será o objeto desta disciplina..

O CARÁTER DISTINTIVO DAS RAZÕES MORAIS

No trágico exercício apresentado acima, pudemos constatar que tomar decisões morais difere de outras tomadas de decisões, especialmente meras escolhas, tais como: o melhor e mais adequado alimento, o caminho mais adequado a seguir viagem, etc. Mas como elas são diferentes?

Muitas vezes temos a impressão de que não podemos discutir opções morais, por serem algo *subjetivo*, do mesmo modo como não deveríamos discutir futebol; como afirma o ditado popular: "gosto, futebol e política não se discutem". Mas será que isso procede?

Se eu gosto de sorvete de chocolate e você gosta de sorvete de pistache, eu dificilmente conseguirei te convencer que o de chocolate é o melhor sabor de sorvete e vice-versa. Nesse sentido, é normal que as questões morais se apresentem da mesma forma. Por exemplo, digamos que eu seja a favor da legalização do direito ao aborto e você seja contra, também será muito difícil te convencer do contrário e vice-versa. Por esse motivo, ambas as questões, ainda que uma seja trivial e a outra não, estariam resumidas a "questões de gosto"?

Entretanto, parece existir algum equívoco em comparar o sabor dos sorvetes com um tema tão complexo e controvertido como a legalização do aborto, que envolve questões jurídicas, religiosas, de saúde pública, de política pública, etc. Não há dúvidas de que um debate acerca da legalização do aborto demandará muito mais argumentos e tempo do que uma discussão acerca do melhor sabor de sorvete, até porque, não encontramos muitos livros que tratem do debate "chocolate v. pistache". Mas será que é esta a diferença entre essas "questões de gosto"?

Poderíamos dizer então, **em uma suposição apressada**, que os juízos morais são "questões de gosto" em matérias relevantes ou controvertidas, que lidam com temas que suscitem emoções profundas. Será que é este o caso? Que tal testar nossa hipótese com um tema que suscita reações emocionais fortes: o futebol.

Creio que não há dúvidas que, pelo menos no Brasil, o futebol é motivo de grandes paixões e até mesmo de fanatismo. Digamos que eu seja torcedor do São Paulo e você torça para o Corinthians. Ao contrário do que acontece com a preferência por sabores de sorvetes, a preferência por diferentes times se alonga indefinidamente, tal como a questão da legalização do aborto. Em ambos os casos, a dificuldade em convencer a outra parte se mantém.

Mas o que isso quer dizer? Antes de tudo, quer dizer que apesar das questões morais normalmente suscitarem grandes questões emocionais, essas não são prerrogativas exclusivas deste tipo de questão. Afinal, concordamos que o debate sobre futebol suscita grandes paixões, mas ainda assim não tenderíamos a classificar essa questão como “moral”.

Além disso, se examinarmos com mais atenção, perceberemos que os “debates” sobre futebol, não são realmente debates, mas piadas. Cada torcedor se gaba de seus títulos, da paixão da torcida, qualidade do seu estádio, etc. Ninguém tenta convencer o outro a torcer para o seu time e, principalmente, **não tem como convencer o outro.**

Do mesmo modo, eu não tenho qualquer tipo de argumento para convencer alguém de que chocolate é o melhor sabor, ou que azul é a cor mais bonita. *Essas são somente preferências*, que eu não tenho como explicar para mais ninguém. E, além disso, não me ofende o fato de que outras pessoas achem outras cores mais bonitas do que o azul. Entretanto, o mesmo não ocorre com os debates morais.

Continuando com nossa questão polêmica, a legalização do aborto, iremos perceber que **cada um dos lados possui justificativas para cada uma de suas escolhas.** Quem é contra a legalização pode discorrer por horas a respeito das implicações negativas do aborto e da necessidade de proteção da vida, enquanto valor sacro. Quem é a favor da legalização tratará das questões de saúde pública, do direito de escolha da gestante, da ausência de tutela jurídica à vida do feto. Os argumentos que serão utilizados não importam para nós neste momento, é importante notar que é possível justificar nossos juízos morais.

IMPORTANTE:

Em outras palavras, quando fazemos uma opção moral, temos como apresentar as **razões** pelas quais chegamos àquela conclusão. Ou seja, não dizemos que o aborto é errado “porque sim” ou que é correto “porque sim”, mas apresentamos as razões que fundamentam nossos juízos. Essa é a primeira característica distintiva da moralidade: não se trata apenas de uma “questão de gosto”.





Essa capacidade que temos de justificar nossas escolhas morais acaba nos conduzindo a algo que elegemos como uma “resposta correta”. Por exemplo, digamos que você considere que ninguém deva ser escravo de outra pessoa. Você poderá justificar tal conclusão na dignidade da pessoa, no valor da liberdade, etc. Digamos então que, no ano de 2020, o Brasil passe por uma nova Assembléia Constituinte e nessa ocasião se passa a debater se o país deve adotar um sistema escravocrata. Dificilmente a decisão a ser tomada será indiferente para você. Caso o Brasil adote o sistema escravocrata, **você irá considerar que foi tomada a pior decisão, em outras palavras, que foi tomada a escolha “errada”.**

Considerar algo como “imoral” é condenar a escolha alheia. Aqui está então, **a segunda característica distintiva** das razões morais. Eu dificilmente conseguirei te convencer de que chocolate é melhor do que pistache, **mas dificilmente encontraremos alguém tentando convencer outra pessoa a respeito do melhor sabor.** Eu dificilmente conseguirei convencer um palmeirense a se tornar santista, **mas a rivalidade entre torcidas é algo apreciado pelos próprios torcedores; alguns diriam que grande parte do prazer pelo seu time é poder tirar um sarro (saudável) dos outros. Ninguém quer convencer o outro a mudar de time.**

IMPORTANTE:

Alguém que é contra legalização do aborto tende a acreditar que a legalização é “imoral” ou errada. Por outro lado, ninguém considera “imoral” ou “errado” torcer para o Palmeiras; exceto, talvez, como piada.

Por outro lado, mantendo nosso exemplo, quando discutimos a legalização do aborto, **nós efetivamente desejamos que nossa posição prevaleça** e entendemos que quem discorda de nós está errado. Sendo assim, se eu sou contra o apedrejamento de mulheres, isso quer dizer, não só que eu sou contra o apedrejamento das mulheres no meu bairro, cidade ou país, mas que eu considero “imoral” e, portanto, “errado” o apedrejamento de qualquer mulher, em qualquer lugar do mundo. Ou ainda, se eu sou contra a escravidão, eu sou contra a escravidão em qualquer lugar do mundo.

IMPORTANTE:

Sendo assim, a segunda característica distintiva das razões morais é sua **“pretensão universalizante”**. Ou seja, eu acredito que minha conclusão é a “correta” e que as demais são erradas e, portanto, **quero convencer os demais.**

Isso não implica dizer que raciocinar moralmente conduz à intolerância. Ao contrário, apresentar suas razões morais não impede que você ouça as razões morais do outro. Ainda que seja difícil convencer a outra pessoa, é possível que as

peças mudem de posicionamento se acreditarem que o outro lado possui melhores razões.

Ainda assim, podemos ter a impressão de que existe algo de autoritário em julgar moralmente os atos alheios. Nós realmente temos como avaliar se alguém age de maneira correta ou errada? Não deveríamos ser mais humildes e não julgar? Não seria essa a melhor atitude?

PRECISAMOS JULGAR MORALMENTE?

Até agora usamos exemplos extremos para falar de moralidade: trens desgovernados, aborto, escravidão e apedrejamento de mulheres. Mas é importante reconhecer que realizamos julgamentos morais no cotidiano. Avaliamos nossa conduta e a de todos à nossa volta constantemente.

Se alguém cruza o farol vermelho injustificadamente ou parece demasiado rude com os outros, consideramos que aquela pessoa age mal. Do mesmo modo, sentimos um certo tipo de culpa, vergonha ou remorso quando agimos de maneira "errada". Assim, como esclarece Tugendhat:

"Estes sentimentos deixariam de existir caso não julgássemos mais moralmente. Não teríamos nenhuma justificação para nos indignarmos com a ação de um outro, ou sentirmos ressentimento, até nem poderíamos compreender estes sentimentos, caso não avaliássemos seu agir como mau". (TUGENDHAT: 2007, p. 20)

Isso tudo nos leva à constatação de que julgamos moralmente, até quando decidimos por não julgar ninguém: essa também é uma conclusão moral, que pressupõe que o "correto" é não julgar os demais.

Enfrentemos então essa questão: devemos julgar moralmente? Conforme Strawson, julgar alguém é considerá-la como igual, ou ao menos, como nosso semelhante em nossa liberdade. Julgar alguém é considerar que tal pessoa é responsável pelos seus atos, é reconhecer sua autonomia e liberdade enquanto ser humano. (STRAWSON *Apud* TUGENDHAT: 2007, pp. 21 a 24)

Vejamos se essa é uma idéia razoável. Nosso ordenamento jurídico não considera como imputáveis ("responsabilizáveis"), apenas aqueles que têm condição de discernimento? Não isentamos de responsabilidade os "menores", aqueles de quem não poderíamos exigir conduta diversa? Neste caso, nosso ordenamento entende não ser justificável a punição daquele que não conhece ou não controla suas opções de ação; ou seja, daquele que não é efetivamente livre para escolher.





Essa mesma lógica não se aplica à nossa rotina? Pensemos bem quem são aquelas pessoas a quem nós nos “recusamos” a julgar? Consideramos que as crianças “não sabem o que fazem”, que os miseráveis agem por desespero, que os loucos precisam de tratamento, não de correção. Em um nível mais corriqueiro, nos importamos cada vez menos com aquelas pessoas que acreditamos não merecer nossa atenção.

IMPORTANTE:

Não julgamos quando somos céticos, quando acreditamos que a ação do outro está abaixo do razoável, abaixo da própria razão. Devemos e iremos avaliar algo, sempre que considerarmos a questão como relevante.

NOÇÕES MORAIS DA MODERNIDADE

Até agora pudemos apenas explorar a complexidade, especificidade e necessidade que existe por trás das nossas avaliações morais do dia a dia. Mas isso não nos ajuda com a primeira questão levantada nesta Unidade e que deverá guiar o curso como um todo: como chegar a uma decisão moral correta?

Quando exploramos o caso do trem desgovernado, nos deparamos com diferentes situações que aparentemente nos conduzem sempre ao mesmo dilema: devemos proteger cinco vidas em detrimento de uma vida?

A essência dessa questão é saber se devemos sacrificar poucos no benefício de muitos, ou se cada indivíduo merece respeito inflexível a seus direitos, independentemente das consequências que possam ser geradas para a coletividade.

Esse foi um questionamento básico feito na filosofia moral da modernidade, que trouxe duas correntes: o utilitarismo e os imperativos categóricos. Em síntese, o utilitarismo defenderá que a escolha moral correta é aquela que trará a maior felicidade para o maior número de pessoas, enquanto a noção de imperativos categóricos se funda na idéia de que a resposta moral correta independe dos resultados das ações, um ato bom é bom em si.

O desenvolvimento dessas duas correntes será o objeto da Unidade II de Ética Profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TUGENDHAT, Ernst. Lições sobre a ética; tradução grupo de doutorandos do grupo de pós-graduação Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. 6. ed. – Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2007.

